



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO EM GERAL

1. OBJETO

1.1. Contratação dos serviços de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva no grupo gerador, composto de motor, quadro de comando e chave comutadora, do Ed. Sede do TRE-ES, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento.(CATSER: 2356)

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA

2.1.1. A presente contratação se faz necessária para garantir o desempenho adequado e seguro do grupo gerador, sendo o mesmo utilizado para manter o funcionamento dos equipamentos do CPD e de todo o sexto andar do edifício-sede no caso de falha no fornecimento de energia elétrica pela concessionária.

2.1.2. O quantitativo de serviços foi calculado com base na quantidade de geradores existentes no Ed. Sede do TRE/ES.

2.1.3. A fundamentação e os quantitativos a contratar encontram-se pormenorizados nos estudos técnicos preliminares, que embasaram a elaboração deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO

3.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1.1. O grupo gerador instalado no Edifício Sede do TRE/ES possui as seguintes especificações:

3.1.2. 01 (um) grupo gerador, marca HEIMER:

3.1.2.1. Alternador: HEIMER 81 KVA – 127/220V – SERIE: N/I

3.1.2.2. Motor: PERKINS

3.1.2.3. Controlador: DATAKON

3.1.2.4. Quadro: Automático de emergência

3.1.2.5. Construção: aberto

3.1.2.6. Quadro elétrico com chave comutadora *by pass*.

3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1. O objeto que se pretende contratar enquadra-se, para efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, no conceito de “serviços comuns”, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra e deverão ser prestados de forma contínua.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. Avenida João Batista Parra, 575, Enseada do Suá, Vitória/ES.

4.2. ROTINAS (ATIVIDADES), FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. Os serviços serão compostos de manutenção preventiva e de manutenção corretiva. Essas manutenções deverão manter os equipamentos em perfeito estado de uso e funcionamento, incluindo o fornecimento de peças e baterias.

4.2.2. Além das peças, o quadro elétrico de comando e seus componentes e as baterias estão incluídas nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, que serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.2.3. Para suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva dos grupos geradores CONTRATADA deve prever a prestação dos seus serviços na modalidade 24(vinte e quatro) horas.

4.2.4. A empresa responsável pela manutenção deverá disponibilizar serviço de plantão para emergência, todos os dias, inclusive finais de semana, durante as vinte e quatro horas do dia, para correção dos defeitos apresentados pelo equipamento.

4.2.5. A execução dos serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, fora do horário normal, em sábados, domingos ou feriados, não ensejará à Contratada o direito de recebimento de quaisquer valores adicionais.

4.2.6. A Manutenção Preventiva consistirá em procedimentos de manutenções mensais visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos no gerador. As manutenções mensais deverão seguir os procedimentos recomendados pelas técnicas aplicáveis pelo fabricante, constando desta manutenção, entre outros procedimentos necessários à conservação e ao perfeito funcionamento do equipamento, os seguintes serviços nos equipamentos e sistemas a seguir: relacionados:

4.2.6.1. Motor

1. Sistema de alimentação de combustível: tanque / alimentação / injeção / filtros;
2. Sistema de admissão de ar: filtros de ar / turbina;
3. Sistema de partida e parada: arranque / regulador;
4. Sistema de proteção do motor: pressão óleo / temperatura da água / velocidade;
5. Sistema elétrico do motor: alternador / carregador de bateria / bateria;
6. Sistema de refrigeração: radiador / ventilador / resistência pré-aquecimento.

4.2.6.2. Alternador

1. Sistema de força: placa de bornes / terminais / cabos de saída;
2. Sistema de excitação: gerador auxiliar / excitatriz estática;
3. Sistema de controle de frequência: sensor pick-up / atuador / regulador de velocidade.

4.2.6.3. Quadro elétrico de comando e transferência

1. Sistema de proteção: disjuntor / fusíveis / rele térmico / rele sobre-sub tensão;
2. Sistema de cargas: contadores / intertravamento / controlador ST2000;
3. Sistema de instrumentos e medições elétricas: ST2000.

4.2.7. Na execução da Manutenção Preventiva Mensal deverão se observadas a ocorrência de folgas, vazamentos, ruídos e mau funcionamento; realização de medidas (temperatura, vibração, níveis, corrente, folgas, desgaste, etc); execução de apertos, reposição de níveis, tensionamento de correias, realização de limpeza (máquina e casa de máquinas) e demais ajustes necessários para prevenção de falhas no equipamento.

4.2.8. Deverá ser realizado **MENSALMENTE** ensaios a vazio com duração de pelo menos 10 minutos e **SEMESTRALMENTE** ensaios de transferência de carga;

4.2.9. Deverá ser realizada **obrigatoriamente** e por conta da contratada **SEMESTRALMENTE** a Troca do óleo lubrificante, do óleo combustível (150 litros), do filtro de óleo lubrificante, do filtro de óleo combustível e do filtro de ar. O óleo combustível retirado será utilizado pela contratante;

4.2.10. A manutenção preventiva deverá ser realizada, preferencialmente, entre o 1º(primeiro) e o 5º(quinto) dia útil do mês , no horário de 09:00 às 16:00, devendo esta manutenção ser autorizada pelo gestor fiscal.

4.2.11. A Manutenção Corretiva consiste no conserto, no todo ou em parte, de equipamentos ou na substituição e reposição de quaisquer componentes e peças que apresentarem defeito, sem ônus para a CONTRATANTE, devendo todos os materiais e serviços serem custeados pela CONTRATADA. Essa manutenção consistirá no atendimento às solicitações da CONTRATANTE, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação do grupo gerador, funcionamento inadequado ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou a correção de defeitos que venham a prejudicar o funcionamento do grupo gerador;

4.2.12. A manutenção corretiva inclui o fornecimento e instalação de peças e componentes mecânicos e elétricos tais como: sensores, filtros de óleo, filtro de combustível e filtros de ar, retentores, bombas injetoras, bomba d'água e bomba de combustível, motor de partida e seus componentes, baterias, correias, central de processamento, óleos lubrificantes do motor, radiador, ventilador do radiador, fluido do radiador, mangotes, reservatórios de água e óleo, tanque de combustível, boia de nível do tanque de combustível e demais peças e componentes.

4.2.13. Em caso de defeitos ou falhas no equipamento, a CONTRATADA deverá enviar técnico ao local, no prazo máximo de 03 horas após comunicação do CONTRATANTE, contadas a partir da hora constante do e-mail enviado ou do momento do atendimento telefônico, cujo horário deverá ser anotado pelo gestor contratual, para possível correção ou para comunicação, por escrito, do defeito constatado, do motivo da ocorrência e da solução a ser aplicada. O não atendimento a qualquer chamada, mesmo em caso de greve do pessoal da CONTRATADA, poderá ocasionar a aplicação das penalidades contratuais previstas;

4.2.14. Quando a manutenção corretiva implicar substituição de peças, a Contratada deverá apresentar, apenas para o conhecimento e anuência do fiscal do contrato, a relação das peças a serem substituídas, e a troca deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.2.15. A empresa responsável pela manutenção deverá disponibilizar serviço de plantão para emergência, todos os dias, inclusive finais de semana, durante as vinte e quatro horas do dia, para correção dos defeitos apresentados pelo equipamento.

4.2.16. Sempre que houver pleito eleitoral, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica na Sede do TRE-ES para atendimento de emergências no dia anterior e no dia do pleito eleitoral, nos seguintes horários:

- Dia anterior ao pleito eleitoral: das 8.00 às 18.00 h
- Dia do pleito eleitoral: das 8.00 às 22.00 h

4.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.3.1. Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar:

- a) Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências.
- b) Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

4.3.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

4.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.4.1. Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

4.4.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

4.4.3. Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.4.4. Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

4.4.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do

contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

4.4.6. Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

4.4.7. Fornecer e exigir dos funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles funcionários que se negarem a usá-los.

4.4.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, instruindo seus funcionários quanto à prevenção de incêndios.

4.4.9. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.

4.4.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

4.4.11. A contratada deverá cumprir, rigorosamente, as normas técnicas da ABNT aplicáveis à execução dos serviços contratados.

4.4.12. A contratada deverá realizar a primeira manutenção preventiva em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

4.4.13. Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados e habilitados a manter os equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

4.4.14. A programação para os procedimentos de manutenção deverá obedecer aos horários estipulados pela Administração. A interrupção do fornecimento de energia para a realização de quaisquer serviços deverá ser previamente autorizada pelo Gestor Contratual;

4.4.15. A contratada fornecerá os equipamentos, aparelhos e ferramentas necessários à prestação dos serviços, bem como os materiais e insumos a serem empregados na execução das tarefas de manutenção;

4.4.16. A contratada deverá fornecer identificação aos seus funcionários para que estes circulem nas dependências do TRE-ES;

4.4.17. A responsabilidade pela reparação de danos pessoais e/ou materiais, que vierem a ocorrer em consequência de dolo ou culpa (negligência, imperícia ou imprudência) na execução dos serviços, será integralmente da contratada;

4.4.18. É de responsabilidade da contratada o ônus para o deslocamento dos seus técnicos ao local de prestação dos serviços;

4.4.19. A contratada deverá emitir relatório assinado pelo responsável técnico após cada manutenção realizada devendo constar os procedimentos realizados e a situação de funcionamento dos equipamentos;

4.4.20. Durante os procedimentos de manutenção preventiva, a contratada deverá comunicar por escrito, no ato da constatação, a necessidade de realização de manutenção corretiva no equipamento (conserto, substituição de peças, etc), informando o defeito constatado, o motivo da ocorrência e a solução a ser aplicada;

4.4.21. A contratada deverá emitir ART para a execução dos serviços;

4.4.22. Durante a execução dos serviços, todas as superfícies acidentalmente atingidas deverão ser recuperadas, devendo ser utilizado material idêntico ao existente no local, procurando obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes. Todos os danos causados às instalações por elementos ou funcionários da contratada deverão ser reparados sem ônus para a contratante;

4.4.23. Será de responsabilidade da contratada toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, devendo ser seguidas todas as normas vigentes, podendo a CONTRATANTE exigir o uso dos equipamentos de proteção individual necessários;

4.4.24. Todas as providências necessárias para a execução dos serviços, em relação à concessionária de energia elétrica, ficarão a cargo da CONTRATADA.

4.4.25. A CONTRATADA deverá emitir os seguintes relatórios:

4.4.26. Relatório de Atendimento de Chamado no qual deve constar no mínimo: nome da Contratada, data e horário da chegada e saída do local, identificação do, tipo de problema, solução encontrada, assinatura do técnico da empresa, assinatura do gestor contratual ou seu representante e obrigatoriamente informar o estado de funcionamento do equipamento na sua chegada e na sua saída. Os relatórios deverão ser emitidos individualmente por chamado e entregues ao Gestor Contratual.

4.4.27. Relatório de Manutenção Preventiva mensal ou corretiva no qual deve constar no mínimo: nome da Contratada, data e horário da chegada e saída do local, identificação do gerador, assinatura do técnico da empresa, assinatura do gestor contratual ou seu representante e obrigatoriamente informar individualmente se os serviços previstos nos itens 4.2.8, 4.2.9 e 4.2.10 foram verificados e realizados. Os relatórios deverão entregues ao Gestor Contratual.

4.4.28. A Contratada poderá utilizar o Relatório de Atendimento de Chamado, o Relatório de Manutenção Preventiva mensal ou corretiva no formato digital, entretanto estes deverão ser encaminhados ao e-mail do Gestor Contratual ou para o e-mail da Seção de Administração Predial - SAP/TRE/ES - no prazo máximo de 24 horas. Caso a Contratada não cumpra o prazo estabelecido neste Item(4.4.28), poderá ocasionar a aplicação das penalidades contratuais;

4.5. VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.5.1. O prazo de vigência da contratação será de 5 (cinco) anos, contados a partir de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por igual período mediante Termo Aditivo, até o limite de 10 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. VISTORIA

4.6.1. As empresas interessadas poderão efetuar uma visita ao local de prestação dos serviços, com o intuito de obter as informações necessárias para elaboração das propostas.

4.6.2. As visitas poderão ser agendadas com o(s) servidor(es) Bruno da Silveira Gomes e José Álvaro Saad de Araújo, nos telefones 2121 8629 e 2121 8631.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. PREPOSTO E COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

5.1.1. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

5.1.2. A contratada deverá indicar, em até 05(cinco) dias úteis após a notificação, o preposto que atuará como seu representante, mediante declaração com nome completo e qualificação profissional, contendo números de telefone (fixo e celular) e endereço eletrônico para contato.

5.1.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.2. SANÇÕES APLICÁVEIS

5.2.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos;

5.2.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

a) Pela inexecução parcial do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso.

b) Pela inexecução total do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato.

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

d) Demais penalidades relativas as particularidades do objeto do contrato:

Descumprimento	Percentual	Prazo limite	Percentual total	Valor de incidência da multa
Atraso na execução da manutenção preventiva mensal	1% ao dia	10 dias	10%	Valor mensal do contrato
Descumprimento do item 4.2.13	0,25% por minuto	90 minutos	22,5 %	Valor mensal do contrato
Descumprimento do item 4.2.14	2% por cada 24 horas	120 horas	10 %	Valor mensal do contrato
Descumprimento do item 4.2.16			30 %	Valor do Objeto

5.2.3. Durante o cumprimento do contrato o atraso superior a 10 (dez) dias, na execução da manutenção preventiva, contados a partir do primeiro dia útil de cada mês, caracterizará a inexecução total do contrato, suscetível à punição conforme disposto no item 5.2.2. alínea "b"

5.2.4. Caracterizará a inexecução contratual:

a) inexecução total do contrato: o atraso superior a 30 dias na execução do objeto.

b) inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

5.2.5. Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

5.2.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida.

II - as peculiaridades do caso concreto.

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.2.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

5.2.8. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.2.9. As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

5.2.10. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.2.11. A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

5.2.12. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto executado em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

5.2.13. Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES, devendo a solicitação ser sempre por escrito e recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

5.2.14. Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

5.2.15. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.2.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6. PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. PRAZO DE PAGAMENTO

6.1.1. O Contratante pagará mensalmente à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º (quinto) dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

6.1.2. O pagamento será efetuado obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

6.1.3. Será considerada como “data do pagamento” o dia em que for emitida a respectiva ordem bancária.

6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

6.2.1. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere às retenções tributárias.

6.2.2. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

6.2.3. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

6.2.4. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

6.2.5. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

6.2.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, na qual: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso. $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado: $I = i/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,0001643$ Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6.3. REAJUSTAMENTO

6.3.1. O presente instrumento contratual poderá ser reajustado de acordo com o índice IPCA/IBGE, sendo que a periodicidade do mesmo será de 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento estimado.

6.3.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação. art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

6.3.3. A decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos respectivos documentos comprobatórios.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1.1. Será considerado vencedor o proponente que apresentar o menor valor global, que não poderá ser superior ao valor estimado da contratação.

7.1.2. A proposta deverá ser apresentada na forma definida no Adendo I.

7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

7.2.1. Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no respectivo conselho regional de classe comprovando que a empresa está em situação regular e que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, no mínimo, de 01 (um) Engenheiro Mecânico, ou de 01(um) engenheiro elétrico, ou de profissional legalmente habilitado para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência. Este profissional será o responsável técnico pela execução do serviço.

7.2.2. Apresentar atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução satisfatória de serviços de Manutenção de Geradores.

7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

7.3.1. Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Física no respectivo conselho regional de classe comprovando que o profissional de que trata o item 7.2.1. está em situação regular.

7.3.2. Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), ou documento similar do conselho de classe a que pertence, em nome do profissional de que trata o item 7.2.1 que comprove a execução de serviço de Manutenção de Geradores.

7.3.3. A contratada deverá comprovar que o profissional detentor do atestado apresentado pertence ao seu quadro permanente de pessoal, através de anotação na carteira profissional, contrato de trabalho, contrato de prestação de

serviço ou contrato social, no caso de sócio.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Apresentar, para fins de qualificação econômico-financeira, Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

8. PREÇO ESTIMADO

8.1. O preço estimado da contratação é de R\$ 85.076,56 apurado conforme planilha:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO / PERIODICIDADE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR PARA A VIGÊNCIA DO CONTRATO (R\$)
Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento e substituição de peças	1.386,78	83.206,80
SUB TOTAL 1		R\$ 83.206,80
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR POR TURNO (R\$)	VALOR PARA A VIGÊNCIA DO CONTRATO (R\$)
PLANTÃO DURANTE PLEITO ELEITORAL Dia anterior ao pleito eleitoral: das 8.00 às 18.00 h Dia do pleito eleitoral: das 8.00 às 22.00 h	467,44	1.869,76
SUB TOTAL 2		R\$ 1.869,76
VALOR GLOBAL = SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2 = R\$ 85.076,56		

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A Contratação será custeada com recursos da Ação Orçamentária 02.122.0033.20GP.0032, no GND: 3.

10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

11. DO INTERVALO

11.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será de 0,1%.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

ADENDO I

PLANILHA PARA COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO / PERIODICIDADE	VALOR MENSAL	VALOR PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO
--------------------------------------	--------------	---------------------------------

Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento e substituição de peças	R\$	R\$(x 60)
SUB TOTAL 1		R\$
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR POR TURNO	VALOR TOTAL
PLANTÃO DURANTE PLEITO ELEITORAL Dia anterior ao pleito eleitoral: das 8.00 às 18.00 h Dia do pleito eleitoral: das 8.00 às 22.00 h	R\$	R\$ (x 4)
SUB TOTAL 2		R\$
VALOR GLOBAL = SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2 = (R\$)		



Documento assinado eletronicamente por JOSE ALVARO SAAD DE ARAUJO, Técnico Judiciário, em 25/04/2024, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1142297 e o código CRC 2E968B35.